



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

RELATÓRIO - PRE/DG/SGA/NUP**RELATÓRIO FINAL DO PREGÃO 18/2021**

Instado a proceder a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição de material de consumo médico e odontológico, junto a microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I Edital 18/2021, o Pregoeiro Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação na internet, nos sites do TRE-BA e Comprasnet e no Diário Oficial da União, respectivamente.

Aos 09 (nove) dias do mês de agosto de dois mil e vinte um, às 14h (horário de Brasília), o Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria n.º 45/2020, procedeu à realização dos trabalhos relativos ao Pregão em epígrafe.

Após exame preliminar das propostas, os 116 itens do certame foram abertos para lances.

Encerrada a fase de competitiva, identificou-se que do total acima citado, apenas os seguintes itens receberam propostas: 09, 10, 11, 35, 42, 43, 46, 86, 87, 88, 89, 99 e 101. Os demais 113 restaram desertos.

A licitante RAPHAELA RODRIGUES DA SILVA LTDA apresentou as melhores ofertas para os itens 09 e 10. EMMANUELLE ALDERIGI MARMO RANGEL DOS ANJOS 04787899554 ofertou o melhor preço para o item 11. A empresa NOEM MEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO ofertou o menor preço para o 35. Os itens 42, 43 e 46 ficaram com a empresa DENTAL SUL AMERICA COMERCIAL LTDA. A CIRURGICA BIOMEDICA – EIRELI ficou com o 86, 87, 88 e 89. A TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI venceu o item 99 e a NATHALIA RAYANE ALVES MESQUITA 02350083110 ficou com o 101.

Aberta uma tentativa de negociação para redução dos preços, conforme estabelece a Seção VIII do Edital, chegou-se aos seguintes resultados:

- A licitante RAPHAELA RODRIGUES DA SILVA LTDA não concordou em reduzir os preços para os itens 09 e 10. As propostas foram aceitas por se encontrarem dentro do estimado para contratação.
- EMMANUELLE ALDERIGI MARMO RANGEL DOS ANJOS 04787899554 não respondeu ao questionamento do pregoeiro sobre a possibilidade de redução do preço referente ao 11. No entanto, a proposta foi aceita por se encontrar dentro do estimado para a aquisição.
- **O preço ofertado pela NOEM MEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO para o item 35 encontrava-se acima do valor de referência. Questionada pelo pregoeiro sobre a possibilidade de redução, respondeu de forma negativa, sendo a proposta recusada. Como essa era a única proposta cadastrada para o material, o item foi cancelado na aceitação.**
- Na tentativa de negociação com DENTAL SUL AMERICA COMERCIAL LTDA pelos itens 42, 43 e 46, o pregoeiro não obteve resposta da licitante. Os itens 43 e 46 foram aceitos, por se encontrarem dentro da estimativa da Administração. **O item 42 foi recusado por conter sobrepreço, sendo cancelado por essa ter sido a única proposta registrada.**

- Na tentativa de negociação com a CIRURGICA BIOMEDICA – EIRELI, os itens 86, 87 e 89 foram aceitos pelos valores originais, já que a empresa não aceitou reduzi-los. O item 88 foi aceito pelo preço negociado de

R\$ 49,15, após tentativa bem sucedida de redução.

- A TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI não respondeu ao questionamento do pregoeiro sobre a possibilidade de redução do preço referente ao 99. No entanto, a proposta foi aceita por se encontrar dentro do estimado para a aquisição.

- A NATHALIA RAYANE ALVES MESQUITA 02350083110 também não respondeu ao questionamento do pregoeiro sobre a possibilidade de redução do preço referente ao 101. No entanto, a proposta foi aceita por se encontrar dentro do estimado para a aquisição.

Vencida a fase de aceitação, passou-se à habilitação, conforme Seção XI do Edital 18/2021.

Analisando a documentação da RAPHAELA RODRIGUES DA SILVA LTDA, verificou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99) (documento 1697008);

- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (documento 1697008);

Observação: as declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através da documentação constante no documento 1697013;

OBS: Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

- Os documentos apresentados que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista foram juntados ao feito através do documento 1697047;

- Qualificação econômico-financeira foi comprovada, com a apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida em 26/07/2021, válida por 30 dias (documento 1697051).

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php (documento 1697055);

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc> (documento 1697055);

c) Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93 (documento 1697055).

Nas consultas acima mencionadas não foram encontradas informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

A RAPHAELA RODRIGUES DA SILVA LTDA foi declarada a vencedora dos itens 09 e 10.

Analisando a documentação da EMMANUELLE ALDERIGI MARMO RANGEL DOS ANJOS 04787899554, verificou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos de idade, em

qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99) (documento 1697100);

- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (documento 1697100);

Observação: as declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através da documentação constante no documento 1697102;

OBS: Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

- Os documentos apresentados que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista foram juntados ao feito através do documento 1697107;

- Qualificação econômico-financeira foi comprovada, com a apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida em 20/07/2021, válida por 30 dias (documento 1697113).

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php (documento 1698215);

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc> (documento 1698215);

c) Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93 (documento 1698215).

Nas consultas acima mencionadas não foram encontradas informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

A EMMANUELLE ALDERIGI MARMO RANGEL DOS ANJOS 04787899554 foi declarada a vencedora do item 11.

Analisando a documentação da DENTAL SUL AMERICA COMERCIAL LTDA, verificou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99) (documento 1698226);

- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (documento 1698226);

Observação: as declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através da documentação constante no documento 1698227;

OBS: Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

- Os documentos apresentados que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista foram juntados ao feito através dos documentos 1698230 e 1698231 respectivamente;

- Qualificação econômico-financeira foi comprovada, com a apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida em 02/08/2021, válida por 90 dias (documento 1698236).

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php (documento 1698265);

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc> (documento 1698265);

c) Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93 (documento 1698265).

Nas consultas acima mencionadas não foram encontradas informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

A DENTAL SUL AMERICA COMERCIAL LTDA foi declarada a vencedora dos itens 43 e 46.

Analisando a documentação da CIRURGICA BIOMEDICA – EIRELI, verificou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99) (documento 1699242);

- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (documento 1699242);

Observação: as declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através da documentação constante no documento 1699244;

OBS: Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

- Os documentos apresentados que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista foram juntados ao feito através dos documentos 1699245 e 1699246 respectivamente;

- Qualificação econômico-financeira foi comprovada, com a apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida em 02/08/2021, válida por 90 dias (documento 1699247).

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php (documento 1699250);

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc> (documento 1699250);

c) Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93 (documento 1699250).

Nas consultas acima mencionadas não foram encontradas informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

A CIRURGICA BIOMEDICA – EIRELI foi declarada a vencedora dos itens 86, 87, 88 e 89.

Analisando a documentação da TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI, verificou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99) (documento 1699381);

- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (documento 1699381);

Observação: as declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através da documentação constante no documento 1700187;

OBS: Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

- Os documentos apresentados que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista foram juntados ao feito através dos documentos 1700188 e 1700190;

- Qualificação econômico-financeira foi comprovada, com a apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida em 16/06/2021, válida por 90 dias (documento 1700189).

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php (documento 1700200);

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc> (documento 1700200);

c) Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93 (documento 1700200).

Nas consultas acima mencionadas não foram encontradas informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

A TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI foi declarada a vencedora do item 99.

Analisando a documentação da NATHALIA RAYANE ALVES MESQUITA 02350083110, verificou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99) (documento 1700201);

- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (documento 1700201);

Observação: as declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através da documentação constante no documento 1700202;

OBS: Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

- Os documentos apresentados que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista foram juntados ao feito através dos documentos 1700203 e 1700204 respectivamente;

- Qualificação econômico-financeira foi comprovada, com a apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida em 31/05/2021, válida por 90 dias (documento 1700205).

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php (documento 1700206);

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc> (documento 1700206);

c) Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93 (documento 1700206).

Nas consultas acima mencionadas não foram encontradas informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

A NATHALIA RAYANE ALVES MESQUITA 02350083110 foi declarada a vencedora do item 101.

Finalizado o prazo para registro de intenção de recorrer, não houve manifestação, sendo a sessão encerrada.

Os preços constantes das propostas foram registrados em Ata, que foi juntada ao processo através do documento n. 1702529.

É o Relatório, que ora submetemos à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Raul Almeida da Paz

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Raul Almeida da Paz, Chefe de Seção**, em 23/08/2021, às 16:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1702533** e o código CRC **C7C52C1B**.